

Italianos na Bahia, sem outros temas: breve resenha histórica sobre a imigração peninsular no estado (1500-1850)



Giuseppe Federico Benedini

Doutor em Teoria da Formação das Classes Políticas
Universidade de Roma 3

Resumo:

O objetivo deste artigo será fornecer uma síntese das conclusões às quais chegaram os autores que se ocuparam da história da Bahia e da imigração italiana neste contexto, procurando integrá-las à bibliografia produzida por pesquisadores europeus e latino-americanos ou por historiadores locais. Limitar-nos-emos ao período compreendido entre 1500 e 1850, a partir das grandes navegações do século XVI, na conjuntura das guerras holandesas e em relação às ordens religiosas no Brasil colonial. No que concerne o tema da colonização agrícola, estreitamente ligado à presença italiana na Bahia, acenaremos brevemente para as primeiras experiências, em paralelo às que foram desenvolvidas por outras nacionalidades estrangeiras.

Palavras-chave:

Brasil — História — Historiografia
Italianos — Bahia — História
Emigração e imigração

Nossos agradecimentos vão para Daniela Ressurreição Mascarenhas, que cuidou da revisão do texto, e para os alunos da turma 2011.1 do curso de graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (Campus V), que nos motivaram em levar a termo o presente trabalho.

A bibliografia disponível sobre a imigração italiana na Bahia é ainda muito reduzida, portanto, ao tentarmos recapitular as obras de referência sobre o tema, produzidas por autores brasileiros ou peninsulares, a sensação de vazio historiográfico se torna bastante incômoda. Isto se explica, provavelmente, pelo fato de que aqui, como em todo o Nordeste, a imigração italiana não teve o mesmo impacto demográfico registrado em São Paulo ou nos estados do Sul do Brasil. Temos em vista também que, no que concerne os primeiros trezentos e cinquenta anos, desde 1500 até a metade do século XIX, é verdadeiramente difícil encontrar documentos que abram caminhos para futuras pesquisas. O estudo de 1989 de Thales de Azevedo, que abrange fontes oficiais e monografias que tratam de outras questões, é ainda hoje a única análise geral sobre a presença italiana no território do estado produzida por um autor baiano. Os dados por ele citados são todos muito precisos, ressaltando a importância desta nacionalidade minoritária na construção e no povoamento da Bahia. Por outro lado, apesar do seu rigor documental, o título mesmo da obra, *Italianos na Bahia e outros temas*, redimensiona a centralidade da imigração italiana. Uma história de quatro séculos se reduz a um ensaio de poucas dezenas de páginas, que precede outros dois, respectivamente sobre a influência da língua francesa na cultura brasileira e a relação entre os soteropolitanos e a praia. O fato que esta miscelânea tenha sido escolhida para inaugurar a coleção *Terra Primaz* (uma série de publicações patrocinadas pela Secretaria da Cultura do estado), todavia demonstra, além do prestígio de seu autor, certo interesse por parte das autoridades estaduais em divulgar uma história que nunca fora contada antes. Assim, *Italianos na Bahia*, sem ser uma obra completa e aprofundada, resulta certamente um estudo sintético indispensável, baseado em fontes de primeira mão.¹

Outro trabalho de referência é o que foi organizado pelo historiador pernambucano Manuel Correia de Andrade, *A Itália no Nordeste*, publicado, tanto em língua italiana como em português, em 1992. Esta obra é muito mais ambiciosa que a de Azevedo, seja no conteúdo (que abrange todo o Nordeste do Brasil, da Bahia ao Maranhão), seja pela quantidade de documentos consultados. Alguns capítulos, principalmente aqueles sobre as ordens religiosas, poderiam ser publicados à parte, como verdadeiros e próprios ensaios. Há aqui alguns dados a mais sobre as guerras holandesas

1 Thales Olympio Góes de Azevedo, *Italianos na Bahia e outros temas*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, Secretaria de Cultura, 1989.

e sobre a colônia de Conceição de Almeida, assim como é melhor explicado o conteúdo da obra do padre Andreoni, a partir de uma exegese da mesma. A pesquisa de Andrade não apresenta, porém, muitas novidades em relação à de Azevedo que é, alias, a sua principal fonte no que concerne à Bahia. Como em Azevedo, a ordem aqui seguida é a cronológica, começando pelas grandes navegações e terminando nos anos 50 do século XX, na época da última migração em massa de italianos. Evidencia-se, todavia, uma maior atenção, para além a história política, para o uso de outros tipos de fontes, inclusive orais. Isto se vê particularmente no último capítulo, o da imigração recente, no qual Andrade se emancipa completamente de Azevedo para documentar-se na memorialística e nas pesquisas inspiradas pelo *genius loci*. Ele abrange bastante outras pesquisas, editadas ou inéditas, que incluem as entrevistas registradas com imigrantes italianos na Bahia, conservadas no arquivo da fundação que coeditou o volume.²

O tema da presença italiana na Bahia recebeu pouco destaque no mais conhecido estudo sintético sobre a história deste estado: o clássico *História da Bahia*, de Luís Henrique Dias Tavares (1959). O autor não traz quase nenhuma referência aos italianos, salvo no episódio do Conde de Bagnoli e numa outra breve menção, quando trata da imigração como fenômeno geral e conclui como esta, na Bahia, “fora pequena, conquanto desejada e procurada”.³ Jamais aparecem citadas as contribuições italianas na indústria, no comércio e nas artes da Bahia e nem no tocante à colonização agrícola, cuja experiência mais importante tinha lugar justamente enquanto Tavares publicava a primeira edição de seu livro.⁴ Neste último caso, a omissão se relaciona ao reduzido número de páginas que *História da Bahia* reserva aos anos posteriores à Revolução de 1930.

Para encontrarmos maiores informações se faz necessário, portanto, recorrer a outras pesquisas, que tratam de aspectos particulares da imigração italiana no estado ou que desta se ocupam em maneira eventual. É somente através do diálogo com este tipo de análises (algumas delas pouco conhecidas, porque tiveram uma difusão apenas local) e na busca constante

2 Manuel Correia de Andrade, *A Itália no Nordeste*, Torino, Fondazione Giovanni Agnelli; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1992.

3 Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*, 8. ed., São Paulo, Ática, 1987, p. 176.

4 Cf. Giuseppe Benedini e Matteo Arquilla, *Nella tana del giaguaro: storia dell'emigrazione italiana nelle colonie agricole della Bahia (1950-2010)*, Cremona, Pizzorni, 2010.

de novos documentos, que será possível reconhecer melhor a presença italiana na história da Bahia.

As descobertas geográficas

As ligações entre as gentes itálicas e a Bahia remontam às grandes navegações do século XVI. Segundo a hipótese avançada por Azevedo, havia mais de um italiano entre os marinheiros da frota de Pedro Álvares Cabral, que em 22 de abril de 1500, procedendo das Ilhas Canárias para a Índia, avistaram o Monte Pascoal e desembarcaram na costa onde hoje surge a cidade de Porto Seguro.⁵ Não cabe dúvida, outrossim, que o principal financiador da expedição que permitiu a colonização portuguesa do Brasil foi o banqueiro Bartolomeo Marchioni (ou Marchionni), estabelecido em Lisboa, mas oriundo da cidade de Florença. Antes mesmo de Cabral, outro italiano, conterrâneo e amigo de Marchioni, poder ter sido o verdadeiro descobridor do Brasil. Trata-se de Américo Vespúcio [Amerigo Vespucci] (1454-1512), que em 1499 separou-se de Alonso de Ojeda na altura da atual Guiana e, navegando em direção ao sudeste, chegou à foz do Rio das Amazonas. Vespúcio teria precedido em alguns meses Vicente Yañez Pinzón, companheiro de Colombo em 1492, o qual comandava outra missão espanhola ao longo do litoral amazônico. Se há dúvidas acerca da efetiva realização da primeira viagem de Vespúcio ao continente que leva o seu nome, não há, com certeza, sobre a segunda, no final de 1501.⁶ O astrônomo,

5 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 31. Segundo outra teoria (Eduardo Bueno, *A viagem do descobrimento*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1998, p. 89) o desembarque teria acontecido uma centena de quilômetros mais ao sul, no atual município de Prado. Os portugueses chamaram esta terra de Ilha de Vera Cruz, convencidos, por não ter ainda explorado o interior, de que fosse toda rodeada pelo mar. As circunstâncias que levaram ao descobrimento do Brasil são ainda matéria de discussão, mas o desvio das embarcações de Cabral da rota da Índia não parece hoje tão casual como se costumava pensar. Indícios da existência de terra firme, nesta parte do hemisfério, que o tratado de Tordesilhas (1494) já atribuía aos portugueses, aparecem já nas cartas de Vasco da Gama que, de retorno da sua viagem na Índia (1497-1499), instruiu pessoalmente Cabral acerca dos perigos da missão.

6 Suspeita-se uma contrafação de parte da correspondência com Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, perpetrada pelo mesmo Vespúcio no intuito de se consagrar como o primeiro navegador a ter chegado em terra firme americana. Se dermos crédito a Vespúcio, este teria desembarcado na península de Guayira (atual Colômbia), em 24 de junho de 1497, curiosamente no mesmo dia em que Giovanni Caboto tocou as costas da Nova Escócia. O fato contestado teria acontecido durante a primeira viagem do navegador florentino, entre 1497 e 1498, empreendida em companhia do geógrafo Juan de la Cosa e do almirante Juan Díaz de Solís. Alguns autores (como os colombianos Germán Arciniegas, *América tierra firme*, Santiago de Chile, Ercilla, 1937 e Gabriel Camargo Pérez, *Misterio y hallazgo del Nuevo Mundo*, Bogotá, Grijalbo, 1992) confirmam a versão de Vespúcio; outros (Alberto Magnaghi, *Amerigo Vespucci*, Roma, AGAR, 1924) negam que esta primeira viagem tenha realmente acontecido.

geógrafo e explorador florentino, agora a serviço do Portugal, partiu em direção à Ilha de Vera Cruz junto com o almirante Gaspar de Lemos, que já tinha sido comandante de um dos navios de Cabral. Durante a viagem foram descobertas a Baía de Todos os Santos e a Baía de Guanabara; esta última foi confundida com a foz de um rio e batizada, portanto, de Rio de Janeiro. Foi sobre a base dos descobrimentos de Vespúcio que, em 1502, Bartolomeo Cantino desenhou para Ercole d'Este, Duque de Ferrara, o primeiro planisfério onde aparece a Baía de Todos os Santos.

Durante todo o século XVI, a presença italiana no Brasil esteve ligada à navegação e ao comércio, que atraíram membros de famílias importantes da península, como os florentinos Acciaoli, Burlamacchi e Cavalcanti, bem como os genoveses Adorno e Doria.⁷ Paulo Dias Adorno, pertencente a um ramo colateral dos Doria, desposou uma das filhas de Diogo Álvares Correia Caramuru, o náufrago que fora acolhido pelos índios tupinambás em 1510 e que teve um papel de destaque na fundação da primeira capital do Brasil.⁸ De acordo com Tavares, Antônio Dias Adorno, filho de Paulo, “chefiou em 1574 uma expedição de 550 homens (400 eram índios)” no sertão da Bahia.⁹ Sabe-se também da existência de tal Francisco [Francesco] Toscano, que nesses mesmos anos se dedicava à produção e ao comércio da cana-de-açúcar. No século XVI já havia religiosos peninsulares nos mosteiros de São Salvador da Bahia, e foi um italiano o primeiro acusado de heresia da Capitania dos Ilhéus. Trata-se do florentino Raffaele Olivi, que foi finalmente absolvido pelo Santo Ofício de Lisboa, em 1574.¹⁰

Invasões holandesas e soldados napolitanos

O conflito que opôs durante oitenta anos (1568-1648) os Habsburgos e as Províncias Unidas foi grávido de consequências para o Brasil, já que a união pessoal entre Espanha e Portugal, celebrada em 1580, ofereceu o pretexto para os holandeses cumprirem incursões ao longo do litoral que então pertencia a Felipe II e aos seus descendentes. Em 1599,

7 Tais sobrenomes são ainda muitos difundidos no Brasil, tanto na versão original quanto nas variantes: Cavalcante, Burlamaqui e Accioly.

8 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 14-15 e Tavares, *História da Bahia*, p. 92.

9 Tavares, *História da Bahia*, p. 92.

10 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 38.

os corsários Hartmann e Broer saquearam o porto e os arredores de Salvador, sem todavia conseguir conquistar a cidade. Cinco anos mais tarde, a capital da América Portuguesa foi saqueada por outro pirata batavo, van Caarden. Finalmente, em 10 de maio de 1624, a Companhia das Índias Ocidentais, que armara uma frota com cerca de 1.700 homens às ordens de Johan Jacob Willekens e Pieter Pieterzoon Heyn, conseguiu se apoderar da cidade do Salvador. Justo no ano anterior, tinha sido erguido o Forte de Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo, construído sob projeto do Engenheiro-Mor de Portugal, o cremonês Leonardo Torriani, com o intuito de defender o porto soteropolitano; os holandeses apoderaram-se desta fortaleza e, com o auxílio de suas peças de artilharia, favoreceram o desembarque de suas próprias tropas. A cidade foi imediatamente evacuada por quase todos os seus habitantes e muitos deles refugiaram-se na aldeia indígena do Espírito Santo (hoje Vila de Abrantes), onde o bispo Marcos Teixeira tentou organizar a resistência. Porém, mesmo enfraquecidos pelas contínuas emboscadas (em uma destas morreu o primeiro governador holandês da Bahia, Johan van Dorth) e pela partida de diversos navios de guerra para Angola, as Províncias Unidas conseguiram manter, por quase um ano, o controle sobre a Baía de Todos os Santos.

Em março de 1625, Felipe IV e o Conde-Duque de Olivares decidiram enviar uma expedição com “52 navios, 12.556 homens e 1.185 peças de artilharia” para a retomada da praça-forte.¹¹ Desta armada, guiada pelo espanhol Fradique de Toledo e Osório e pelo português Manuel de Menezes, faziam parte 500 soldados napolitanos “sob o comando de Carlo Andrea Caracciolo, marquês de Torrecuso”.¹² Depois de um mês de combates, os holandeses tiveram de firmar sua rendição, em 30 de abril de 1625. Tavares relata como, no dia seguinte, “coube aos espanhóis de Toledo y Osório e aos napolitanos do Sargento-mor Giovanni Vincenzo Sanfelice, Conde de Bagnoli, comportarem-se como se estivessem em ‘praça conquistada’” e a proceder com a execução sumária de quantos tinham

11 Riccardo Fontana, *Giovan Vincenzo Sanfelice: Conde de Bagnoli, defensor da Bahia*, Brasília, Ed. Autor, 2008, p. 37. Aqui são fornecidos também os nomes de todos os capitães do terço napolitano. Segundo Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 44, o regimento “teria de 830 a 1.500 homens”. Sobre o tema das guerras holandesas ver também: Pablo Antônio Iglesias Magalhães, “*Equus Rusus*”: *a Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Volume_1_Tese_de_Pablo.pdf, acesso em 29 abr. 2013 ou, ainda, o clássico Charles R. Boxer, *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*, Recife, CEPE, 2004.

12 Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 44.

permanecido na cidade durante a ocupação estrangeira.¹³ As tropas portuguesas também participaram dos saques e das execuções, mas este fato é silenciado por Tavares que, como outras fontes que seguem a tradição lusófila, tenciona denegrir, em obséquio a um arraigado preconceito contra a Espanha, a época em que o Brasil fez parte do império dos Habsburgos.¹⁴ A um destino de esquecimento foi relegada também a memória de Giovanni Vincenzo Sanfelice (1575-1640), o Conde de Bagnoli, apesar de ter tido um papel destacado nas guerras holandesas, que vai muito além do saque de 1625.

Em 1630, a Companhia das Índias Ocidentais conseguiu conquistar a Capitania de Pernambuco, numa empresa que foi inteiramente custeada pela prata de um galeão espanhol roubado por Piet Heyn, “o filho das águas”, numa ação audaz no Mar do Caribe. Não obstante a resistência das forças locais e os reforços enviados da Espanha, dentre os quais um novo contingente napolitano com Sanfelice à frente, entre 1634 e 1635 os holandeses infligiram repetidas derrotas às armadas imperiais e estenderam seu controle ao interior pernambucano, graças ao apoio de alguns grandes plantadores de cana portugueses. Em 1637, a Companhia das Índias Ocidentais chamou o príncipe alemão Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) para assumir o governo da Nova Holanda, terra na qual este empreendeu uma política de desenvolvimento e tolerância religiosa. Chegaram assim da Europa para o Recife, rebatizada Mauritstaad, cientistas,

13 Tavares, *História da Bahia*, p. 85.

14 O exemplo mais clamoroso talvez seja o do padre Antônio Vieira (1608-1697), ideólogo do “Portugal quinto império”, o qual não cita o nome de Bagnoli em nenhum dos seus famosos sermões, mesmo tendo descrito com profusão de detalhes os episódios relativos à luta comandada pelo bispo Teixeira. (Cf. Fontana, *Giovan Vincenzo Sanfelice*, p. 27-29). Em Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 47, são elencados outros autores, testemunhas diretas das guerras holandesas, que criticaram a conduta militar do Conde de Bagnoli na campanha militar de 1636-1638, tanto no campo aliado (como Manoel Calado, *O valoroso Luciano e o triunfo da liberdade*, Recife, Governo do Estado, 1942, 2 v. e Frei Rafael de Jesus, *Castrioto lusitano: história da guerra entre o Brasil e a Holanda*, Recife, Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1979), quanto entre os inimigos (Gaspar Barleus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, 2. ed., Recife, [s.n.], 1980 e P. M. Nestscher, *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942, p. 155-157). O autor explica que “historiadores dos séculos XIX e XX, como [Hermann] Watgen [*O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, p. 147], Rocha Pombo [*História do Brasil*, nova ed. il., Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1942, v. I: O descobrimento e a colonização, p. 348-353] e Felisbello Freire [*História de Sergipe*, 2. ed., [s. l., s. n.], 1927, p. 126-128], são muito rigorosos com o comandante napolitano. Estas opiniões, porém, não são compartilhadas por historiadores como [Francisco Adolfo de] Varnhagen [*História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, Salvador, Progresso, 1955] e o grande mestre Capistrano de Abreu [*Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1934, p. 82-110]”.

artistas e perseguidos de diferentes confissões; nesta cidade foi edificada, entre outras coisas, a primeira sinagoga do continente americano. Nassau distinguiu-se também sob o aspecto militar e expandiu o domínio holandês sobre as demais capitanias do Nordeste, ameaçando a Bahia, que se tornara o ponto avançado do território hispânico. Foi para lá que marchou o exercito imperial, o qual, em 1636, depois da destituição de Matias de Albuquerque e da morte em combate do seu sucessor, Luis Rojas y Borja, era comandado pelo Conde de Bagnoli.

Bagnuoli, esperto e sabendo da inferioridade de suas forças retirou-se para o sul, detendo-se em Madalena (hoje Marechal Deodoro) e em seguida foi para Penedo, onde atravessou o São Francisco [...] Nessa retirada Bagnuoli foi impiedoso e utilizou uma política de terra devastada, conclamando a população a segui-lo, destruindo engenhos, habitações, fazendas, tangendo o gado e matando os animais que não podia levar, ao mesmo tempo em que abandonava os velhos, feridos e doentes à sanha dos holandeses e dos tupinambás, seus aliados.¹⁵

A estratégia defensiva adotada pelo Conde de Bagnoli gerou um dissídio entre ele e o governador Pedro da Silva, pois, não obstante a superioridade de homens e meios do inimigo sugerisse ao primeiro uma rápida retirada para preparar a defesa da capital, o segundo, cioso das suas prerrogativas, lhe ordenou que se mantivesse posicionado na fortaleza de Garcia d'Ávila, situada a grande distância de Salvador. Na iminência do perigo, porém, Pedro da Silva renunciou ao comando militar e o cedeu a Sanfelice, cujas tropas tinham chegado a tempo na capital, para a sorte dos seus defensores. De fato, em abril de 1638, como souberam das dificuldades e das divergências no campo adversário, os holandeses armaram uma frota de 40 navios e 4.400 combatentes (entre os quais mil índios), decididos a retomar Salvador e vingar a derrota de 1625. Nassau chefiou pessoalmente esta expedição, que tinha cuidado nos mínimos detalhes. Em 21 de abril houve o primeiro assalto dos holandeses, que foi repellido na colina onde seria posteriormente edificado o Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1712). Este é também chamado de "Forte do Barbalho", em homenagem ao capitão Luiz Barbalho Bezerra, futuro governador do Rio de Janeiro (1643-1644), que naquele fatídico dia comandou a defesa da posição.

15 Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 46.

O sítio de Salvador prosseguiu por todo o mês seguinte, quando também a população foi mobilizada em defesa da cidade e no auxílio às tropas dos Habsburgos, de tal maneira que, em 18 de maio, a segunda tentativa holandesa de penetrar na cidade custou aos assaltantes perdas ainda maiores. Era o prelúdio da primeira derrota de Nassau em terras brasileiras: este pediu uma trégua, a qual foi prontamente concedida, e, na noite entre 25 e 26 de maio, a frota da Companhia das Índias Ocidentais levantou as âncoras e rumou para Recife. Terminava assim o último ataque holandês contra a Bahia, vitoriosamente repellido graças ao valor dos combatentes e de seu comandante, Giovanni Vincenzo Sanfelice, ao qual Felipe IV reconheceu o direito de ostentar e transmitir aos próprios herdeiros o título de Príncipe de Monteverde.

A guerra, entretanto, prosseguia e finalmente, em 1639, chegaram os reforços prometidos pela Espanha: 73 navios às ordens do novo governador geral do Brasil, Fernando Mascarenhas. Este levou adiante a luta pela reconquista de Pernambuco à qual chegou a participar também Sanfelice. “Velho e cansado, Bagnuoli faleceu em Salvador, após participar, em 1640, da esquadra do conde da Torre, que desembarcou tropas no cabo de São Roque”.¹⁶ Não sabemos se sua morte fora provocada pelas feridas que lhe foram infligidas neste combate naval, assim como tampouco se sabe onde se encontra o seu sepulcro: é este um dos muitos mistérios arqueológicos que esconde a cidade de Salvador.

No mesmo ano em que morria o defensor da Bahia, Portugal recobrava a condição de reino independente, razão pela qual as forças espanholas tiveram que deixar o Brasil. Alguns soldados napolitanos ficaram, porém, a serviço dos portugueses, até depois de 1640. Quase com certeza participaram também das duas batalhas dos Guararapes, em abril de 1648, que redimensionaram militarmente a Nova Holanda. O domínio holandês — profundamente afetado, outrossim, por uma crise econômica que tinha induzido a Companhia das Índias Ocidentais a destituir Nassau do seu encargo de governador, em 1643 — acabou oficialmente no dia 26 de janeiro de 1654, com o tratado de Campina do Taborda. Este sancionou a reconquista portuguesa de Recife, da qual participaram três navios genoveses, de propriedade do Marquês Pallavicini.¹⁷

16 Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 47.

17 Fontana, *Giovan Vincenzo Sanfelice*, p. 50.

A colonização do interior

Se no século XVII, sobretudo por causa das vicissitudes militares, registrou-se uma significativa presença italiana na Bahia, nos cento e cinquenta anos sucessivos, essa se tornou totalmente irrelevante, pelo menos sob o aspecto quantitativo. Em Salvador, porém, houve ainda italianos que desempenharam cargos importantes, como Alexandre [Alessandro] Manzoni, juiz da Irmandade da Saúde em 1767, ou Giovanni Antonio Andreoni, jesuíta de Lucca e diretor do Colégio da Bahia.¹⁸ Andreoni escreveu, sob o pseudônimo de André João Antonil, o primeiro tratado econômico sobre a América portuguesa, intitulado *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.¹⁹ Fruto de aguçadas observações não só sobre a economia, como sobre a sociedade em geral, o tratado analisa em detalhe as principais culturas agrícolas da colônia naquela época: cana-de-açúcar e fumo, assim como descreve minuciosamente — mesmo sem seu autor tê-las visitado — as minas de ouro e de diamante dos sertões da Bahia e de Minas Gerais. Entende-se porque sua difusão foi dificultada pelo governo português, empenhado em defender os seus direitos sobre tais riquezas, há pouco descobertas por expedicionários paulistas. Como a leitura do tratado de Andreoni teria podido estimular os apetites das potências estrangeiras e como durante todo o século XVIII os interesses da coroa portuguesa consistiram em desestimular a vinda de estrangeiros para o Brasil, quase todos os exemplares do livro estampado em Lisboa em 1711 foram confiscados pelas autoridades.²⁰

Andreoni faleceu em Salvador em 1716, acuado pela desconfiança oficial, na sua dupla condição de jesuíta e forasteiro. A sucessiva expulsão da Companhia de Jesus do Reino de Portugal (1759) e a transferência da administração colonial para o Rio de Janeiro (1763) determinaram também uma diminuição da presença estrangeira, e italiana particular, na primeira capital do Brasil. Foi somente com a chegada do príncipe regente no Rio de Janeiro, em 1808, que começou uma época de profundas mudanças no sistema sócio-econômico daquela que, até então, era considerada uma colônia de menor importância no vasto império português. Em primeiro lugar,

18 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 15.

19 João André Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, 3. ed., Belo Horizonte, Itatiaia, Edusp, 1982, <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>, acesso em 10 dez. 2012.

20 Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 47 e Angelo Trento, *Do outro lado do Atlântico: un século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo, Nobel, 1988, p. 16.

em troca da proteção concedida à corte que fugia das tropas napoleônicas, a Grã Bretanha impôs a abertura dos portos brasileiros: isso significava que os produtos deste imenso território, até então monopólio lusitano, estavam agora à disposição do mercado internacional, naquele tempo dominado pelos mesmos ingleses. Em segundo lugar, o futuro rei João VI tomou a iniciativa de encorajar o povoamento do interior do país, inclusive por meio de trabalhadores estrangeiros. Além de ter sido o primeiro monarca português a residir no Brasil, ele pareceu compreender bem a conjuntura internacional na qual, mais do que o ouro e os diamantes (que, quando descobertos, puseram seriamente em perigo a harmonia entre os interesses dos nativos e da metrópole), as principais riquezas da Colônia consistiam em gêneros agrícolas para a exportação.

Até a vinda da corte de Lisboa e por muito tempo ainda, a população brasileira se concentrara no litoral atlântico — nos portos que os portugueses tinham fundado e defendido contra as invasões francesas e holandesas. Diferente da população da Espanha, país que possui um vasto interior, a de Portugal sempre habitou, no máximo, a 200 quilômetros do litoral atlântico. Compreende-se como a estreita ligação deste povo com o mar possa ter influenciado o modelo de ocupação de suas colônias. Desde o século XVI, capitães e sesmeiros, donatários dos latifúndios americanos da Coroa, estabeleceram suas plantações nas áreas mais próximas da costa e utilizaram mão de obra servil para desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar, planta que fora introduzida desde os Açores. As técnicas de cultivo dos primeiros colonizadores eram rudimentares, copiando o sistema dos indígenas, o qual consistia em queimar a floresta e plantar sobre suas cinzas sem utilizar nenhum tipo de adubo. O terreno, rapidamente empobrecido, era depois abandonado, outra área florestal era queimada e assim por diante. No Brasil, a disponibilidade de terras não era um problema, razão pela qual as plantações avançavam obstaculizadas apenas pela resistência das tribos nativas e pelas rebeliões dos escravos trazidos da África. Foi somente quando, em 1815, o Congresso de Viena aboliu o tráfico negreiro, que João VI decidiu estimular a imigração de camponeses europeus, aos quais teria sido concedida a propriedade de terras ainda não colonizadas. Os povoamentos da Bahia e de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, fundados em 1818 e em 1819 respectivamente, inauguraram assim a época das migrações de trabalhadores para a América portuguesa que, quatro anos mais tarde, tornar-se-ia

independente como Império do Brasil.²¹ Vale lembrar que o elemento italiano não participou, nesta primeira fase, da colonização das áreas rurais.

Entre 1818 e 1822, o governo real concedeu terras para a implantação de três colônias agrícolas alemãs na Bahia. A primeira foi a de Rio Salsa, “criada por iniciativa oficial, localizada às margens do rio de mesmo nome, afluente do Pardo”.²² Mais tarde foi a vez da colônia de São Jorge dos Ilhéus, fundada em 1822 no centro da “zona do cacau”. Esta, com 161 habitantes divididos em 28 famílias, foi literalmente dizimada por uma epidemia de febre amarela, uma tragédia que se somou ao clima de instabilidade política causado pelas lutas pela Independência.²³ O assentamento maior foi, porém, a Colônia Leopoldina, que se situava na extremidade sul da Província da Bahia, entre os atuais municípios de Caravelas e Nova Viçosa, ao redor da localidade hoje conhecida como Helvécia. Este “conjunto de plantações” se originou quando o governo concedeu “a três colonos alemães sesmarias ao longo das margens do Rio Peruípe”.²⁴ Como o homônimo núcleo fluminense de Nova Friburgo, igualmente ocupado por suíços e alemães, “a Colônia Leopoldina, [...] foi um dos últimos empreendimentos agrícolas no Brasil a utilizar o trabalho escravo em larga escala, num tempo em que a instituição da escravidão sofria forte pressão externa.”²⁵ Considerando a duração desta experiência, é possível pensar que os imigrantes tenham vindo inicialmente para trabalharem suas próprias terras e só depois se tenham tornado fazendeiros escravagistas. Um artigo de 1820 do *Journal du Jura* relata justamente que: “Os colonos dedicavam-se também à agricultura de subsistência [...] plantando abacaxi,

21 Sobre as técnicas agrícolas no Brasil pré-cabraliano e sua apropriação por parte dos primeiros colonizadores reenviamos aos clássicos: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 4. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995; Caio Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo*, 23. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1994 e Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

22 Maria Renilda Nery Barreto e Lina Maria Brandão Aras, “Salvador cidade do mundo: da Alemanha para Bahia”, *História, Ciências, Saúde*, 10, 1 (2003), p. 156, <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n1/17834.pdf>, acesso em 12 dez. 2012.

23 Henrique Jorge Buckingham Lyra, *Colonos e colônias: uma avaliação das experiências agrícolas na Bahia na segunda metade do século XIX*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, p. 29, <http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/dissertacao-alane-fraga-carmo.pdf>, acesso em 13 dez. 2012.

24 Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro (Orgs.), *O português afro-brasileiro*, Salvador, Edufba, 2009, p. 85. Sobre a Colônia Leopoldina ver também: Alane Fraga do Carmo, *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, <http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/dissertacao-alane-fraga-carmo.pdf>, acesso em 29 abr. 2013.

25 Lucchesi, Baxter e Ribeiro, *O português afro-brasileiro*, p. 85.

jaca, laranja, manga, banana, fruta-pão, mamona, cana-de-açúcar, algodão, fumo, milho, mandioca e leguminosas”.²⁶ Os europeus, porém, longe de ser a maioria, representavam cerca de 10% do total dos habitantes da Colônia Leopoldina. “Segundo testemunho do médico da colônia, em 1858, havia uma população de 200 brancos, principalmente suíços e alemães com alguns franceses e brasileiros e 2.000 negros, na maior parte nascidos na colônia”.²⁷ Sabemos que as fazendas da Leopoldina contribuíram com “60% da produção cafeeira da província da Bahia em 1842 e com mais de 90%, em 1853”.²⁸ Todavia, na segunda metade do século, a colônia começou a declinar, vencida pela concorrência de outras regiões mais aptas ao cultivo do café, e seu território foi progressivamente abandonado pelos imigrantes. Deles, hoje, só permaneceu “o nome da localidade, estampado no prédio da agora desativada estação ferroviária, localizada no centro da vila que cresceu nas terras da antiga plantação ‘Helvécia’ do suíço Johannes Martinus Flach”.²⁹ Por outro lado, os atuais habitantes de Helvécia são os descendentes diretos dos escravos que trabalharam na Colônia Leopoldina. A língua portuguesa afro-brasileira falada na localidade é motivo, aliás, de vivo interesse, por parte de linguistas, sociolinguistas e antropólogos.

Qualquer tipo de comparação entre as primeiras tentativas de colonização agrícola alemã na Bahia com a bem sucedida experiência das regiões meridionais do país deveria considerar, antes de tudo, que colonização livre e escravidão são incompatíveis. De fato, o trabalhador europeu não podia, num contexto no qual a servidão dominava, competir com o trabalho escravo. Uma ulterior demonstração poderia se dar apelando ao terceiro modelo de imigração rural oitocentista: o trabalho assalariado nos cafezais, que começou justamente com a rarefação da mão de obra escrava, lá por volta do último quarto do século XIX. Neste caso, em força de um salário reduzido e de contratos constrangedores, o imigrante tornara-se escravo ele próprio. Quanto às colônias do Sul, tratava-se de assentamentos constituídos em terras isoladas e habitadas ainda por indígenas, nunca alcançadas pelo modo de produção escravagista. Os imigrantes estavam dispostos a se expor a situações extremas e arriscadas e a poder contar apenas sobre suas forças, contanto que se tornassem proprietários de terras

26 Barreto e Aras, “Salvador cidade do mundo”, p. 156.

27 Lucchesi, Baxter e Ribeiro, *O portugueses afro-brasileiro*, p. 87.

28 Barreto e Aras, “Salvador cidade do mundo”, p. 156.

29 Lucchesi, Baxter e Ribeiro, *O portugueses afro-brasileiro*, p. 91.

que o governo lhe cederia de graça, em troca de futuros impostos e da vantagem imediata de poder ocupar áreas potencialmente expostas aos ataques dos países fronteiriços. Tratava-se, ademais, de um sistema totalmente diferente de valorização de terras — para o autoconsumo e para o fornecimento a mercados locais — no qual a escravidão já não era mais contemplada. Os exórdios da colonização agrícola na Bahia se deram, porém, sob outros auspícios. Aqui, na época de João VI, o conceito de colônia agrícola era outro, posto que o trabalho assalariado nas lavouras de cana e de café não teria sido uma solução viável para os imigrantes. Os primeiros “colonos” estrangeiros se tornaram assim, em pouquíssimo tempo, senhores de escravos e, se de um lado passaram a concorrer com os produtores baianos no mercado das exportações, de outro não conseguiram deitar raízes no país.

Para registrar as primeiras tentativas de inserir italianos como colonos em terras baianas, é necessário esperar a época do Império, quando, por iniciativa de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, primeiro presidente da Província e futuro Marquês de Abrantes, foi fundada a Companhia de Colonização da Bahia. Autor de um ensaio sobre a fabricação do açúcar, publicado em 1834, este ambicioso latifundiário do Recôncavo, envolvido com o partido independentista, já tinha criado, na natal Santo Amaro da Purificação, uma Sociedade de Agricultura da Bahia. Calmon era um entusiasta da ideia de introduzir mão de obra europeia para o melhoramento da agricultura local e, para este fim, mandou contratar trabalhadores nos Açores e em Gênova. Desta última cidade partiram, em 1835, 207 pessoas, “dentre eles mulheres e crianças, sem que a companhia tivesse autorizado a viagem, para Salvador, onde foram abandonados nas ruas, a vagar e a pedir, porque tiveram dificuldade de obter empregos”.³⁰ Uma segunda experiência, votada a idêntico fracasso, foi tentada, no ano seguinte, pela Sociedade de Colonização da Bahia, sob os auspícios do arcebispo primaz, Romualdo Antônio de Seixas. Por conta dela, o agente Vincenzo Savi negociou com o Estado Pontifício a transferência de 114 presos políticos da prisão de Civita Castellana, em troca da antecipação dos custos da viagem.³¹ Na maior parte

30 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 17-18 e Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 69.

31 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 18. O autor cita aqui três artigos publicados num periódico italiano: Alberto Maria Ghisalberti, “I reclusi di Civita Castellana nelle ‘Memorie’ di Pacifico Giuliani”, *Rassegna Storica del Risorgimento*, XXVIII, VII-VIII (1940), p. 830-867; Elio Lodolini, “L’esilio in Brasile di detenuti politici romani (1837)”, *Ivi*, LXV, II (1978), p. 132-174 e Salvatore Candido, “L’emigrazione coatta in Brasile di carcerati politici presunti affiliati alla ‘Giovine Italia’”, *Ivi*, LXXVII, IV (1990) p. 475-512.

originários da Romanha, estes prisioneiros eram insurgentes que combateram o poder temporal do Papa e que, em troca da liberdade, se empenhavam a ir para o Brasil e a não voltar nunca mais. Outra vez, porém, as desavenças entre os promotores da colonização fizeram naufragar seus planos, antes ainda que o veleiro napolitano “Madonna delle Grazie”, o navio que transportava “setenta e sete indultados e outros colonos que voluntariamente desejaram se estabelecer na Bahia”, tivesse aportado em Salvador.³² Assim, em 22 de abril de 1837, depois de a Sociedade de Colonização da Bahia ter anunciado um subsídio para os emigrantes que, dois meses antes, tinham zarpado de Civitavecchia, os abandonou ao seu destino no porto soteropolitano. Não fosse pelo auxílio prestado pelo capitão do veleiro e por alguns compatriotas, os emigrantes não teriam conseguido se manter no meio da hostilidade da população local, que os cria invasores estrangeiros ou criminosos comuns. Meses depois eclodiu a Sabinada, o movimento político que, aproveitando-se da menor idade do herdeiro do trono imperial, proclamou em Salvador a República Baiana. Entre novembro de 1837 e março de 1838, pelo menos 19 entre os imigrantes (um dos quais encontrou a morte em combate) uniram-se à revolta, justificando assim, de certa maneira, sua fama de facínoras. Após estes episódios, eles ficaram na Bahia por pouco tempo, até voltar para Itália em 1846, quando o novo Papa, Pio IX, proclamara a anistia para os presos políticos.³³

A história, tanto da Companhia quanto da Sociedade de Colonização da Bahia mereceria ser conhecida com mais profundidade, pois, mesmo que estas mantivessem fortes ligações com os poderes locais, podem ser consideradas as primeiras empresas de capital privado a fomentar a imigração agrícola no Brasil. Elas precederam de quase meio século a Sociedade Promotora da Imigração de São Paulo e a Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro, as quais tiveram grande impacto sobre um movimento migratório que já se encontrava, entretanto, no seu auge.³⁴ As razões pelas quais as empresas baianas são hoje de todo esquecidas residem tão somente em seus rotundos fracassos, imputáveis em parte ao seu despreparo e em parte à conjuntura histórica na qual tentaram se desenvolver. Não há motivos, porém, para que não possam se tornar objeto

32 Segundo Azevedo (*Italianos na Bahia*, p. 19) os colonos teriam sido 135.

33 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 20 e Andrade, *A Itália no Nordeste*, p. 69-70. Ambos os autores citam os nomes de dois italianos que deram assistência aos imigrantes: “o prof. Majola e o dr. Persiani”.

34 Cf. Trento, *Do outro lado do Atlântico*, p. 26.

de futuros estudos, que nos tragam maiores informações das que dispomos a seu respeito no estado atual das pesquisas. Ainda pouco estudado é, também, o assentamento rural italiano de São Francisco da Mombaça, fundado em 1868. Os imigrantes, todos de Rofrano, na província italiana de Salerno, guiados pelo padre Achille Rossini [Rosini], se estabeleceram perto de um pequeno povoado onde “eram raros os mocambos e a casas”, nas terras “próximas aos Rios dos Pilões e Quilombo [...] dotadas de boas aguadas, fontes e tabuleiros nos limites com São Felipe”.³⁵ Aqui existia, em 1757, “um engenho chamado de Mombaça”,³⁶ mas um século depois, quando chegaram os italianos não havia mais empreendimentos escravistas nestas terras. Seus poucos habitantes, os mesmos que ergueram “uma singela capelinha onde se venerava a São Francisco”,³⁷ eram quase certamente homens livres, como há de se supor a partir do topônimo “Quilombo” ou comunidade afrodescendente. Os italianos escolheram “terras ainda não cultivadas [...] em que aproveitariam as madeiras das matas fechadas”, e dedicaram-se à horticultura e à criação de animais para a própria subsistência “adotando os sistemas de granjas, no estilo da terra de origem”.³⁸ Graças ao cultivo do café, primeiro, e do tabaco, depois — o produto que passaria a caracterizar a economia do município de Conceição do Almeida até os anos 70 do século passado — os imigrantes prosperaram, de acordo com Souza, “sem fazer uso do braço escravo”, pois “não aceitavam o sistema agrário escravista”.³⁹ Eles constituíram uma comunidade cujos primeiros descendentes nasceram todos no Brasil, devido ao fato que o fluxo migratório se interrompeu de imediato e, ao mesmo tempo, houve uma integração dos italianos no tecido social local, em força do seu sucesso nos negócios e de casamentos mistos.

35 Luiz Ademir Souza, *Mombaça*, Salvador, Mensageiro da Fé, 1973, p. 9. Do mesmo modo que Andrade (*A Itália no Nordeste*, p. 68), Souza utiliza a grafia “Rossini”, quando a mais provável parece ser aquela proposta por Azevedo (*Italianos na Bahia*, p. 29): “Rosini”. Podemos supor que seja assim, pois no município de Rofrano, atualmente, há registro de três pessoas com sobrenome “Rosini” enquanto não há nenhum “Rossini”. Cf. “I cognomi in Campania” in: Campania in dettaglio, Trapani, Reti e Sistemi, [s.d.], http://campania.indettaglio.it/ita/cognomi/cognomi_out.html, acesso em: 10 dez. 2012. Nem Azevedo nem Andrade mencionam a obra de Souza quando tratam da imigração no arraial da Mombaça; o segundo cita como sua fonte Isaiás Alves, *Matas do sertão de baixo*, Rio de Janeiro, Reper, 1967, p. 246.

36 Souza, *Mombaça*, p. 10.

37 Souza, *Mombaça*, p. 9.

38 Souza, *Mombaça*, p. 9-10.

39 Souza, *Mombaça*, p. 10.

Considerações finais

Diferentemente das regiões sul e sudeste da Brasil, os imigrantes italianos na Bahia foram, em sua grande maioria, originários do sul da península. Excluindo os exploradores como Vespucci ou as famílias genovesas e florentinas que vieram nos anos do descobrimento, este dado aparece já em 1624, com a chegada do Conde de Bagnoli e dos seus 600 napolitanos, os quais constituíram também o primeiro grande contingente peninsular a chegar, de uma vez só, na Bahia. Todavia, em geral, a presença italiana tinha caráter provisório, pois eram grupos organizados, soldados, marinheiros, comerciantes e religiosos, os responsáveis por trazer imigrantes italianos para Salvador e para as localidades do interior. A maioria deles logo voltava para a pátria de origem, como aconteceu com os desembarcaram na década de 1830 e com quase todos os mais de mil piemonteses que chegaram, em 1856, para trabalhar na indústria ferroviária.⁴⁰ Não é possível falar, portanto, durante todos os primeiros três séculos e meio da história da Bahia, de verdadeiros e próprios fluxos populacionais em saída da Itália. Foi somente a partir dos anos 1860-1870, em coincidência com o começo das grandes migrações ultramarinas, que também na Bahia — primeiro com a experiência de São Francisco da Mombaça e, num segundo momento, com a chegada dos mascates trequinenses ao Planalto Sul — é possível individualizar marcas significativas da presença italiana.

recebido em 22/12/2012 • aprovado em 29/04/2013

40 Azevedo, *Italianos na Bahia*, p. 24-27 e Francisco Antônio Zorzo, “A engenharia e a importação da tecnologia dos transportes ferroviários na Bahia durante a segunda metade do século XIX: estudando o caso do primeiro empreendimento ferroviário baiano”, *Sitientibus*, 28 (2003), p. 109-120, http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/28/a_engenharia_e_a_importacao_da_tecnologia.pdf, acesso em 27 nov. 2010.